

Confiança institucional e suas implicações aos regimes democráticos em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (2021-2023)

Cassiano Eusébio

Instituto Hounsou de Integração África-Amazônia

1 Introdução

Este artigo analisa a relação entre confiança institucional e as suas consequências à democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). As pesquisas mais recentes, por exemplo, da Universidade de Southampton, desenvolvida por Valgarðsson et al. (2025), constataram que a confiança em instituições representativas, como parlamentos, governos e partidos políticos, tem diminuído em países ao redor do mundo. Por sua vez, a confiança em instituições não representativas, como a polícia, o serviço público e o sistema judiciário permanece estável ou aumenta, apontando para uma crise específica de confiança nos representantes eleitos dos países. Por outro lado, protestos antigovernamentais de grande envergadura, com forte cunho político, estão se multiplicando em diversas regiões do mundo (Carother; Lee, 2025). Carother e Lee destacam que os protestos antidemocráticos têm diversas razões para além das tensões pós-eleitorais, incluindo leis restritivas a direitos LGBTQI+, centralização de poder político — como no caso de Israel —, entre outros fatores.

A desconfiança nas instituições representativas faz parte da crise da democracia que está sendo vivenciada tanto nas democracias ocidentais consolidadas quanto naquelas em consolidação, incluindo as do continente africano. Diferentemente das primeiras, as democracias africanas são mais recentes. Do ponto de vista local, as crises dos regimes africanos podem ser explicadas por duas razões: a primeira trata-se da importação de um modelo de democracia ocidental reduzido — centrado na criação de partidos políticos, na organização de eleições transparentes e no voto —, que se mostra cada vez mais ineficiente para a promoção de igualdade, paz, justiça e desenvolvimento. A segunda razão, a qual possui ligação com a primeira, está associada a uma visão imperialista que trata o continente africano como um “espaço vazio” do ponto de vista democrático. Porém, essa perspectiva ignora as formas próprias de organização social e política existentes na África, que diferem substancialmente dos padrões ocidentais.

Atualmente, Moçambique busca reconstruir o diálogo nacional após momentos de instabilidade política causadas pelos protestos pós-eleitorais que se surgiram aos resultados eleitorais fraudulentos, que deram a vitória a FRELIMO¹, nas últimas eleições nacionais de outubro de 2024. Em Angola, os cidadãos periodicamente manifestam-se contra o custo elevado de vida, o desemprego e o aumento dos valores dos combustíveis². Em São Tomé e Príncipe, os funcionários judiciais exigiram reajustes salarial e valorização da categoria, assim como os magistrados do Ministério Público

¹ FRELIMO (Frente de libertação de Moçambique) é o partido político governante desde as primeiras eleições democráticas em 1994.

² O último protesto aconteceu em julho de 2025, contra a subida da gasolina.

também protestaram e boicotaram a abertura do ano judicial de 2025 (GREVE..., 2025). Cabo verde, embora com pouca incidência de protestos, registrou manifestações relevantes em agosto de 2022, quando a sociedade protestava contra a “partidarização da sociedade”, defendendo a liberdade de opinião e de expressão como fundamentos do Estado de direito democrático (Teixeira, 2022).

Diante desses cenários, cabe questionar: quais são as implicações da baixa confiança nas instituições políticas para os regimes democráticos dos PALOP? Alguns estudos (Moisés; Carneiro, 2008) consideram a confiança institucional e a satisfação com o regime democrático como dimensões independentes, isto é, argumentam que um sistema democrático pode funcionar mesmo com índices elevados de baixa confiança institucional. Embora se reconheça a validade desse argumento, entende-se que, para as recentes democracias dos PALOP, os níveis elevados de baixa confiança nas instituições influenciam para a insatisfação com o regime. Portanto, a hipótese proposta pressupõe que indivíduos que avaliam negativamente as instituições políticas tendem a não aderir à democracia e estão insatisfeitos com a regime político.

Este artigo analisa a confiança institucional a partir de dados surveys das rodadas (R7,R8, e R9) realizadas em quatro países³ nos anos de 2021 a 2023, com um (N) total de 4.720 observações disponível na plataforma digital do Afrobarometer. Para o interesse deste estudo, foram selecionadas três (3) instituições representativas — o presidente da república, a assembleia nacional (parlamento) e os partidos políticos — e uma instituição não representativa — a comissão de nacional de eleições (CNE). O Afrobarometer utiliza amostras probabilísticas nacionais, concebidas para gerar uma amostra que seja uma seção transversal representativa de todos os cidadãos em idade de votar num determinado país. O plano de amostragem do Afrobarometer segue um desenho probabilístico por área, estratificada, em múltiplos estágios e por conglomerados. Para além disso, o artigo utiliza uma abordagem qualitativa-descritiva na medida que busca compreender a confiança institucional e suas implicações aos regimes democráticos nos PALOP.

Em termos de estrutura, o artigo está organizado em cinco seções para além desta breve introdução e das considerações finais. Na primeira seção, contextualiza-se o debate por meio de uma discussão breve sobre a confiança institucional. Na segunda seção, caracterizam-se as instituições políticas e a confiança nas instituições representativas e não representativas. A terceira seção analisa as dimensões de apoio do regime político. Posteriormente, na quarta seção, descrevem-se as dimensões de apoio e satisfação com as democracias nos PALOP. Na quinta seção, examinam-se as implicações da confiança institucional para os regimes democráticos desses países. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 A confiança político-institucional: uma breve discussão

Historicamente, a relação entre a confiança dos cidadãos às instituições políticas tem marcas, desde os pressupostos contratualistas nos trabalhos de Tomas Hobbes (1651) e John Locke (1689). Uma das principais teses de Tomas Hobbes parte do princípio de que é necessária uma autoridade governamental para manter a ordem, permitindo que os indivíduos invistam seus esforços ao próprio

³ Os PALOP são compostos por cinco países, incluindo a Guiné Bissau. Porém, as pesquisas de surveys ainda não abrangeram este país e, por isso, ele não foi incluindo neste estudo.

bem-estar e interajam com os outros na expectativa de não serem agredidos ou invadidos por ameaças externas. Ao passo que John Locke afirmava que os cidadãos deveriam confiar nos seus governantes por meio da transferência de poder, cabendo a estes, entre outras funções, garantir o bem-estar da população e a preservação de suas propriedades.

Nesse sentido, a confiança institucional, subponto de vista da dimensão contratualista, é analisada por Hardin (1999), que deduz duas questões causais bem distintas na análise de confiança e governo, a que pode se concentrar em: a confiança do cidadão em outros cidadãos — como resultado, em parte, das instituições governamentais — e a confiança do cidadão no próprio governo. A primeira relação inclui, ocasionalmente, questões normativas de que os indivíduos devam confiar no governo. No entanto, na prática, os cidadãos frequentemente não podem confiar no governo⁴. Hardin (1999) examina, então, a confiança do próprio cidadão no governo a partir de uma dimensão racionalista.

na dimensão racionalista, a confiança em outro indivíduo normalmente gira em torno de expectativas baseadas no interesse que a pessoa relevante tem em fazer várias coisas. É confiança e não mera expectativa se A espera que B faça x porque B tem um motivo para fazê-lo baseado em A. Esse motivo pode ser um relacionamento contínuo - incluindo amor, amizade ou simples troca, como nos negócios - um relacionamento com A que B deseja manter. Ou pode ser algum outro interesse que B tenha influenciado por A de alguma forma. Para por exemplo, A pode influenciar as perspectivas de B para a reeleição. Existem dois elementos centrais neste modelo de confiança que foram apenas implícitos até agora. Primeiro, se A deve confiar em B, então B deve ter não apenas a motivação para fazer X, mas também a competência. Um agente que não pode agir em meu nome é um agente ruim. Em segundo lugar, se a confiança de A deve ser cumprida, A deve ter a competência para julgar B. O julgamento de A pode ser delegado a agências relevantes quando elas existirem, mas na política, encontrar uma agência confiável para tal delegação é muitas vezes difícil. Além disso, é provável que haja agências concorrentes ligadas a interesses conflitantes, e essas agências são capazes de produzir julgamentos contrários, não congruentes (Hardin, 1999, p. 26).

Em síntese, para Hardin (1999), no caso em que A é um cidadão e B é um titular de cargo, candidato, organização ou instituição, a razão mais provável para que A confie em B é a existência de uma estrutura de incentivos organizacionais ou políticos que leve B a agir de forma adequada como agente de A em relação a determinado objetivo X. Embora haja o pressuposto racional da confiança institucional, o autor acrescenta que a falta de confiança ou a desconfiança institucional acontece normalmente porque os indivíduos não dispõem de conhecimento relevante que lhes permita ir mais longe do que esse cálculo.

Todavia, os críticos da visão racionalista da confiança sustentam que essa situação está longe de ser a mais comum. A decisão de confiar nem sempre é racional, tampouco se determina exclusivamente — como no caso de uma decisão baseado no cálculo do custo/benefício — pelo nível de informação disponível a respeito dos outros. Isso porque os indivíduos possuem capacidade cognitiva limitada para acessar, na quantidade e na qualidade necessárias, as informações adequadas para avaliar a conduta alheia ou a utilidade da interação em que estão envolvidos (Moisés; Carneiro, 2008).

⁴ A suposição de que os cidadãos podem confiar no governo está por trás de uma grande literatura contemporânea. Essa literatura comumente assume que os cidadãos devem confiar no governo para que ele funcione bem e que um declínio na confiança dos cidadãos no governo é um mau presságio para muitas sociedades democráticas contemporâneas (Hardin, 1999).

Porém, na visão de Offe (1999), como os indivíduos não podem confiar nos legisladores, administradores, membros do judiciário e demais cidadãos com base no conhecimento pessoal, precisam, em substituição, conhecer as instituições que motivam, orientam e constroem esses agentes. A questão central é: o que existe na qualidade das instituições cuja consciência e avaliação permite derivar confiança nessas categorias de estranhos? Como, exatamente, as instituições ajudam a generalizar a confiança?

As instituições podem mediar a confiança política ao comprometer e impor aos envolvidos nelas nenhum valor ou valor forma de vida, mas um conjunto específico de valores. Inversamente, sua capacidade de mediar a confiança é minada de forma mais crítica se algum ou todos esses valores forem vistos como traídos ou insuficientemente aplicados, especialmente quando tais valores não estão incorporados pelos agentes que atuam no âmbito da instituição.

Desse modo, pode-se abordar a terceira dimensão da confiança institucional, a sociocultural. Inglehart (1999) observa que as instituições democráticas não produzem necessariamente confiança interpessoal. As instituições políticas de uma sociedade representam apenas um entre vários fatores que influenciam o surgimento de uma cultura de confiança ou desconfiança. Porém, ao examinar a relação entre confiança e democracia, é crucial distinguir três aspectos distintos: (1) a estabilidade de longo prazo do regime democrático; (2) o nível de democracia em determinados momentos; e (3) mudanças de curto prazo nos níveis democráticos. Na perspectiva de Inglehart, a confiança interpessoal — juntamente com outros fatores culturais — é que conduz à estabilidade da democracia ou das instituições democráticas.

Contudo, a premissa de que a confiança social gera a confiança política tem enfrentado várias objeções, sendo a mais relevante a que remete à origem liberal da democracia, fundada na desconfiança: a ideia de que quem detém poder não é plenamente confiável e que os procedimentos usuais de exercício desse poder precisam ser controlados para evitar abusos. Segundo essa concepção, a vantagem da adoção de regras e instituições democráticas está no controle, na limitação e na distribuição do poder propiciado por elas. A inovação democrática consistiu em criar normas de procedimento para colocar em xeque os poderes discricionários implícitos nas relações de poder. Como consequência, a democracia implica a supervisão e o monitoramento do exercício do poder pelos cidadãos — ou seja, ela pressupõe a desconfiança e, para torná-la efetiva, opera com normas e instituições desenhadas para que os riscos de origem possam ser controlados (Moisés; Carneiro, 2008).

3 As instituições políticas em PALOP

Apesar de compartilharem uma herança colonial comum, instituições similares e processos de transição política relativamente contemporâneos, os PALOP apresentam configurações institucionais e realidades políticas bastante distintas. Esses contrastes influenciam diretamente a forma como os cidadãos se envolvem com as instituições políticas. Esta seção oferece uma síntese das semelhanças e diferenças das instituições políticas relevantes entre os quatro países, com foco nas implicações desses arranjos institucionais para a participação política.

Do ponto de vista formal, os quatro países adotam parlamentos unicamerais e utilizam sistemas proporcionais com listas fechadas para a eleição de seus representantes legislativos. As eleições presidenciais são, em geral, realizadas por meio de sistema majoritário em dois turnos — com exceção de Angola, que, desde 2010, passou a eleger seu presidente de maneira indireta, via cabeça de lista do partido mais votado. O voto é facultativo em todas essas nações. Tais convergências, no entanto, não se traduzem automaticamente em contextos de participação equivalentes, uma vez que os efeitos institucionais são mediados por contextos políticos e sociais específicos de cada país.

As principais divergências institucionais envolvem o tipo de regime político (presidencialista ou semipresidencialista), a simultaneidade das eleições legislativas e presidenciais, a força relativa do Executivo em relação ao Legislativo, a existência (ou não) de mecanismos de competição efetiva entre partidos, os níveis de eleição de órgãos representativos e os modelos de gestão eleitoral. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por exemplo, o semipresidencialismo é acompanhado por regras eleitorais que favorecem a alternância de poder e a representação proporcional com baixa barreira de entrada, criando incentivos consistentes à participação. Já em Angola, o modelo presidencialista, centralizado e pouco competitivo reduz os incentivos para o engajamento político do eleitor comum. Por sua vez, em Moçambique, as crises institucionais e a violência política afetam negativamente o ambiente eleitoral, mesmo em contextos de multipartidarismo formal.

No que tange aos níveis de eleição de órgãos representativos, Moçambique tem seis níveis de eleição: presidente, deputados, secretários de estado, governadores, prefeito e vereadores. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, as eleições são realizadas para quatro níveis: presidente, deputado, prefeito e vereadores. Por último, em Angola as eleições são realizadas em único nível, com a finalidade de eleger o presidente e os deputados.

Outra instituição importante não só nos PALOP, mas em qualquer país democrático é o órgão de gestão eleitoral. Nos países em análise, a função cabe à Comissão Nacional de Eleições (CNE). Seus membros são nomeados de forma mista, isto é, uma parte indicada por partidos políticos e outra por entidades da sociedade civil. O presidente da CNE é tradicionalmente indicado pela sociedade civil, enquanto os restantes membros são distribuídos entre os partidos políticos com assento parlamentar, em proporção à sua representação na Assembleia da República. Apesar de as Constituições preverem formalmente a independência desses órgãos, a realidade — especialmente em Angola e Moçambique — mostra que os membros da CNE sofrem forte interferência do Executivo e frequentemente atuam em favor dos partidos no poder, o MPLA e a FRELIMO, respectivamente, durante a apuração dos resultados eleitorais.

Desse modo, regimes que garantem liberdades civis, alternância de poder e competição real entre partidos tendem a produzir contextos mais férteis à mobilização cívica, à adesão e à satisfação com a democracia. Por outro lado, onde há repressão, concentração de poder ou descrença nas instituições, o comparecimento às urnas tende a refletir mais desconfiança, apatia ou coerção do que engajamento democrático genuíno.

Quadro 1 - Síntese das instituições políticas nos PALOP

País	Sistema de governo	Sistema eleitoral	Tipo de voto	Níveis de câmara	Níveis de eleição ¹	Modelo gestão eleitoral ²
Angola	Presidencialista	RP ⁵	Facultativo	Unicameralista	2	Independente
Cabo verde	Semipresidencialista	RP	Facultativo	Unicameralista	4	Combinado
Moçambique	Presidencialista	RP	Facultativo	Unicameralista	6	Independente
São Tomé e Príncipe	Semipresidencialista	RP	Facultativo	Unicameralista	4	Independente

1 - Refere-se aos cargos representativos eletivos (por exemplo, presidente, parlamentar, prefeito etc.).

2 - O órgão gestor eleitoral inclui informações sobre o nome do órgão, número de membros, mandatos, membros eleitos ou nomeados e se a composição é partidária ou baseada em especialistas (IDEA, 2025).

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

2.1 Confiança autodeclarada em instituições políticas nos PALOP

Para medir a confiança institucional, concentrou-se em quatro atores: o presidente da república, a assembleia nacional, os partidos políticos — instituições representativas — e a CNE — instituição não representativa —. E foi utilizada a seguinte pergunta, retirada do questionário do Afrobarometer: “até que ponto você confia em cada uma das seguintes entidades, ou você ainda não ouviu falar o suficiente sobre elas para ter uma opinião?”. As opções de respostas são: “nem um pouco”, “só um pouco”, “razoavelmente”, “muito”, “recusou” e “não sabe/não ouviu falar”.

Tanto em sistemas presidencialistas e sistemas semipresidencialistas a figura do presidente é muito conhecida pelos cidadãos. Entretanto, a popularidade do presidente nem sempre está associada à confiança ou aos altos índices de confiança, mesmo quando comparada com as demais instituições representativas. O nível de desconfiança é maior em Angola, onde cerca de 38,7% dos cidadãos afirmam que não têm “nem um pouco”⁶ de confiança do presidente, percentual que supera o daqueles que afirmam confiar “muito” no presidente. Já Moçambique destaca-se, em relação aos demais PALOP, pelo alto índice de confiança no presidente, com cerca de 29,5% de respostas na categoria “muito”.

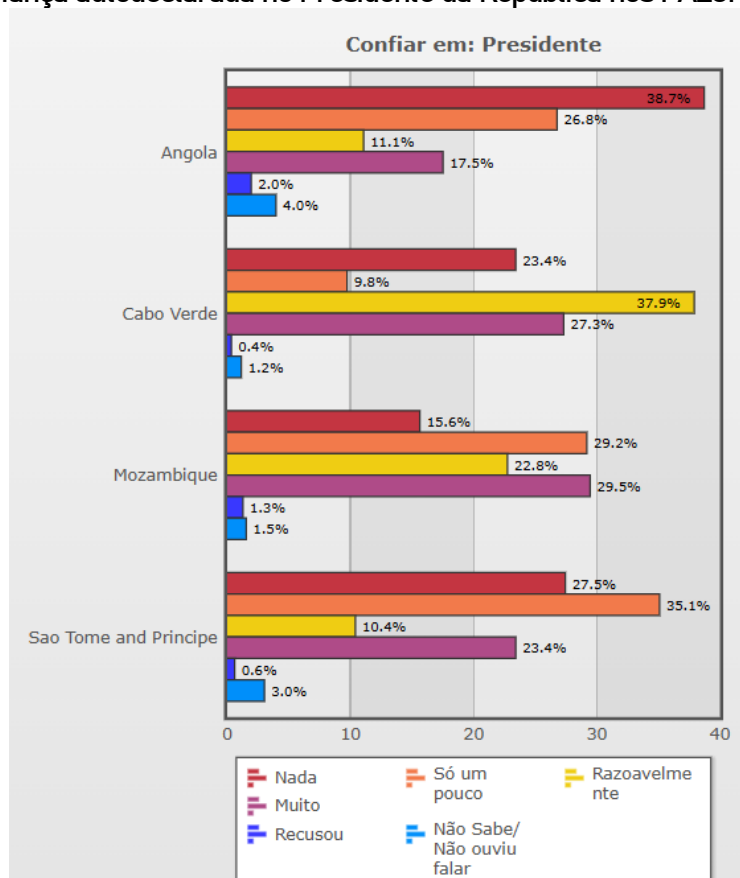
Quando se somam as categorias “nem um pouco”, “só um pouco” e “razoavelmente”, o cenário de desconfiança no presidente amplia-se nos PALOP, uma vez que o percentual conjunto supera o de cidadãos que declaram confiar no chefe de Estado. Essa situação pode indicar insatisfação com a gestão governamental e com as condições econômicas e sociais vigentes nos países.

6

⁵ RP – Representação proporcional. Todos os países usam sistema eleitoral RP de lista fechada, variando entre aqueles que são mais proporcionais (Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) e menos proporcionais (Angola).

⁶ O termo “nada” nas legendas da figura corresponde a “nem um pouco”.

Figura 1 - Confiança autodeclarada no Presidente da República nos PALOP (2021–2023)



Fonte: Afrobarometer (2025)

Ao analisar a confiança nos deputados da assembleia nacional, surge um questionamento específico: será que os cidadãos conhecem seus representantes? Os PALOP adotam sistemas de representação proporcional (RP) com lista fechada, embora haja variações no grau de (des)proporcionalidade: Moçambique caracteriza-se como o mais proporcional; São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são moderadamente proporcionais; e Angola, o menos proporcional. Apesar de o sistema RP de lista fechada teoricamente favorecer o conhecimento do eleitor sobre quem pode ser eleito com seu voto e reduzir o personalismo político (ao centrar a escolha no partido e não em candidaturas individuais), a maioria dos cidadãos eleitores nos PALOP não tem acesso fácil às listas partidárias e desconhece a composição e a ordem dos candidatos, mesmo quando seu partido conquista assentos parlamentares.

Esse cenário, além de ser menos favorável à participação ativa, enfraquece também a *accountability* e a relação entre os representantes e os representados. A Figura 2 mostra a consequência dessa relação, medida por meio da confiança entre os cidadãos e os deputados da Assembleia Nacional.

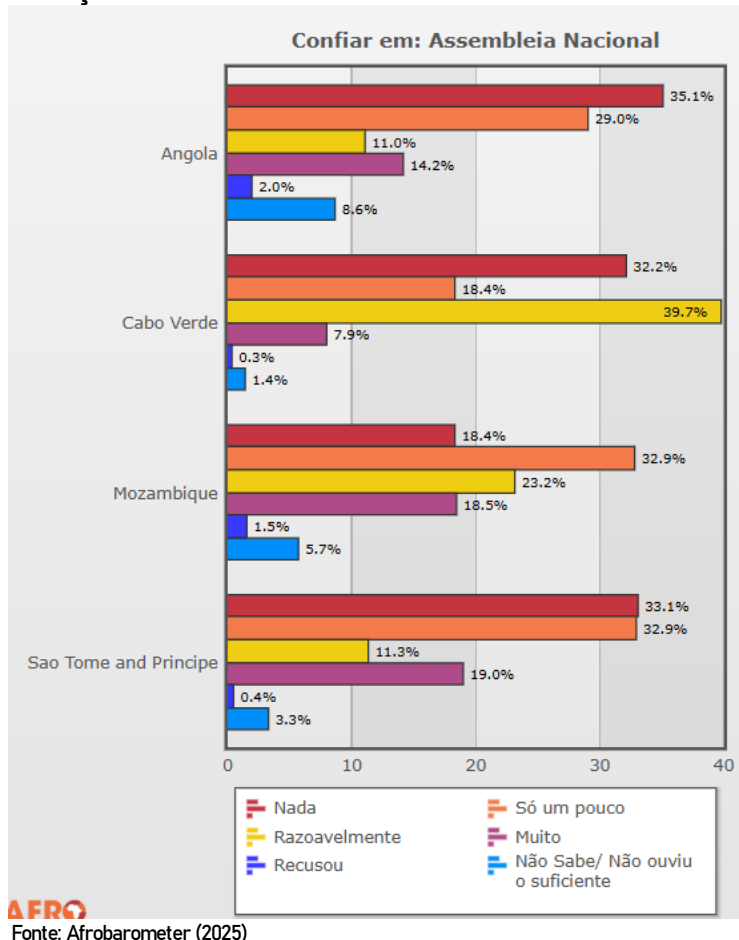
Nesse panorama, os cidadãos angolanos são os que menos confiam nos deputados (35%), em comparação com os demais países. Porém, a variação é bem baixa — entre 2 a 3 pontos percentuais —, exceto no contexto moçambicano. Cabo Verde destaca-se por registrar maior taxa de cidadãos que confiam “razoavelmente” nos deputados comparativamente aos demais países. Quando se observam os que afirmam confiar “muito” nos parlamentares, Cabo Verde apresenta o menor percentual (7,9%),

abaixo de Angola (14,2%), Moçambique (18,5%) e São Tomé e Príncipe (19%). Este último destaca-se como o país com o maior índice de confiança nos deputados na comparação com os demais países.

Ademais, uma categoria especialmente relevante é a de quem afirmou que “não sabe ou não ouviu o suficiente”. No início desta análise, afirmou-se que a maioria dos cidadãos desconhecia os seus representantes devido à dificuldade de acesso às listas partidárias. Não por a caso, Angola — o país mais de desproporcional⁷ em termos de sistema eleitoral — registra a maior taxa percentual (8,6%) de cidadãos que afirmam não sabem ou não ouviu o suficiente” falar dos deputados da Assembleia Nacional. Na sequência, Moçambique apresenta um percentual também elevado (5,7%) nessa mesma categoria, comparativamente a Cabo Verde (1,4%) e São Tomé e Príncipe (3,3%).

No caso moçambicano, surge a pergunta: será que a maior desproporcionalidade e os níveis descentralizado de eleições garantem a proximidade entre os cidadãos e os órgãos representantes? A resposta é negativa. A desproporcionalidade e a descentralização eleitoral, por si sós, não asseguram tal aproximação. Nesse caso, assim como reverter a dificuldade de acesso às listas partidárias, é fundamental desenvolver a cultura cívica dos cidadãos como forma de viabilizar o exercício pleno da cidadania.

Figura 2 - Confiança autodeclarada na Assembleia Nacional nos PALOP (2021–2023)



⁷ O conceito de desproporcionalidade refere-se à distribuição dos assentos parlamentares nos distritos eleitorais. Dos 223 deputados, cada uma das 18 províncias elege cinco deputados (90 ao todo), enquanto os demais 130 são escolhidos por um único círculo nacional, acrescidos de três representantes da diáspora.

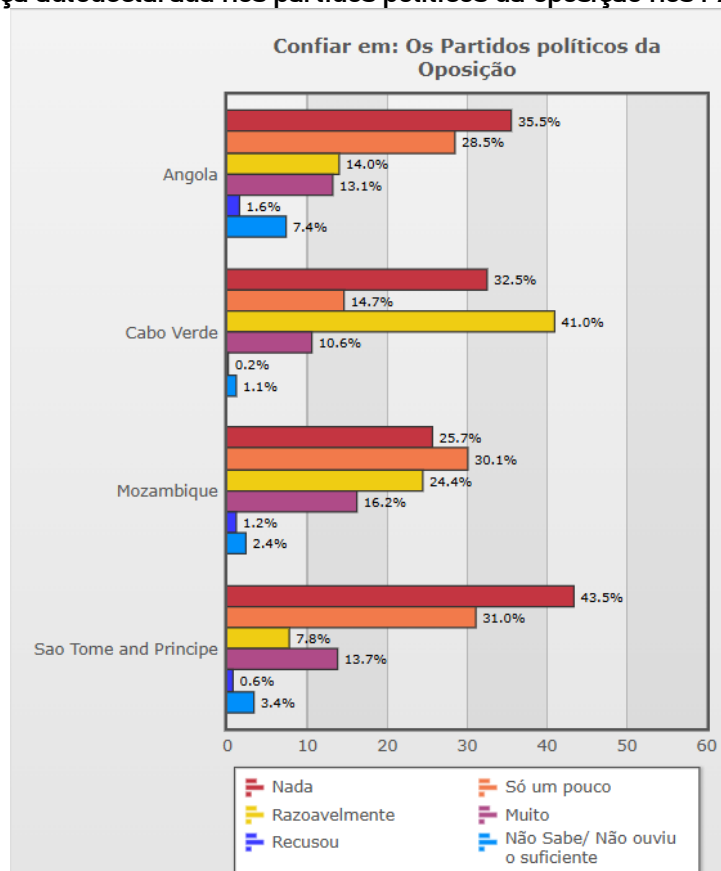
A última instituição política representativa analisada neste trabalho são os partidos políticos. Desde logo, é importante destacar que a origem ou a gênese dos partidos políticos africanos, e em especificamente dos PALOP, difere da trajetória dos países ocidentais. Enquanto os partidos políticos ocidentais surgem como formas de organização social e representação de classes sociais (Duverger, 1980), os partidos políticos africanos surgiram inicialmente como movimentos de libertação colonial no início do século XX e, com o avanço das independências, transformaram-se em partidos políticos propriamente ditos, sobretudo no surgimento da onda de redemocratização na década de 1990, que abrangeu também o continente africano.

Todavia, é importante observar que nem todos partidos políticos africanos têm a sua gênese ligada à luta anticolonial — principalmente a maioria dos partidos da oposição — que surgiram no contexto de transição democrática dos PALOP depois de um longo período de monopartidarismo, entre o início da década de 1970 ao início da década de 1990. Portanto, a gênese dos partidos políticos dos PALOP interfere a maneira como os cidadãos se relacionam com eles e os avaliam.

Sob esse viés, começando com os partidos políticos da oposição, estes são mais confiáveis em Moçambique (16,2%) e em São Tomé e Príncipe (13,7%), comparando com Angola (13,1%) e Cabo Verde (10,6%). Por outro lado, são menos confiáveis em Angola (35,5%) e São Tomé e Príncipe (43,5%) em relação a Moçambique (25,7%) e Cabo Verde (32,5%). Esses resultados são, em parte, surpreendentes quando considerada a disputa político-partidária desses países. Faz sentido que um percentual de cidadãos moçambicanos declare não confiar “nem um pouco” (25,7%) nos partidos políticos, visto que a oposição ainda não governou o país em nível nacional. O mesmo raciocínio aplica-se também para Angola. Já no contexto cabo-verdiano e são-tomense, observa-se menor confiança nos partidos da oposição mesmo entre cidadãos que já vivenciaram governos de agremiações cuja origem não está diretamente ligada à luta de libertação colonial⁸.

⁸ É importante destacar que alguns partidos políticos da oposição que venceram as eleições e governaram o país não surgiram como movimentos anticolonial, mas alguns líderes destes partidos, estiveram na linha da frente dos antigos movimentos de libertação e que saíram por questões de disputa de poder interno e foram fundar partidos políticos independentes.

Figura 3 - Confiança autodeclarada nos partidos políticos da oposição nos PALOP (2021–2023)



Fonte: Afrobarometer (2025)

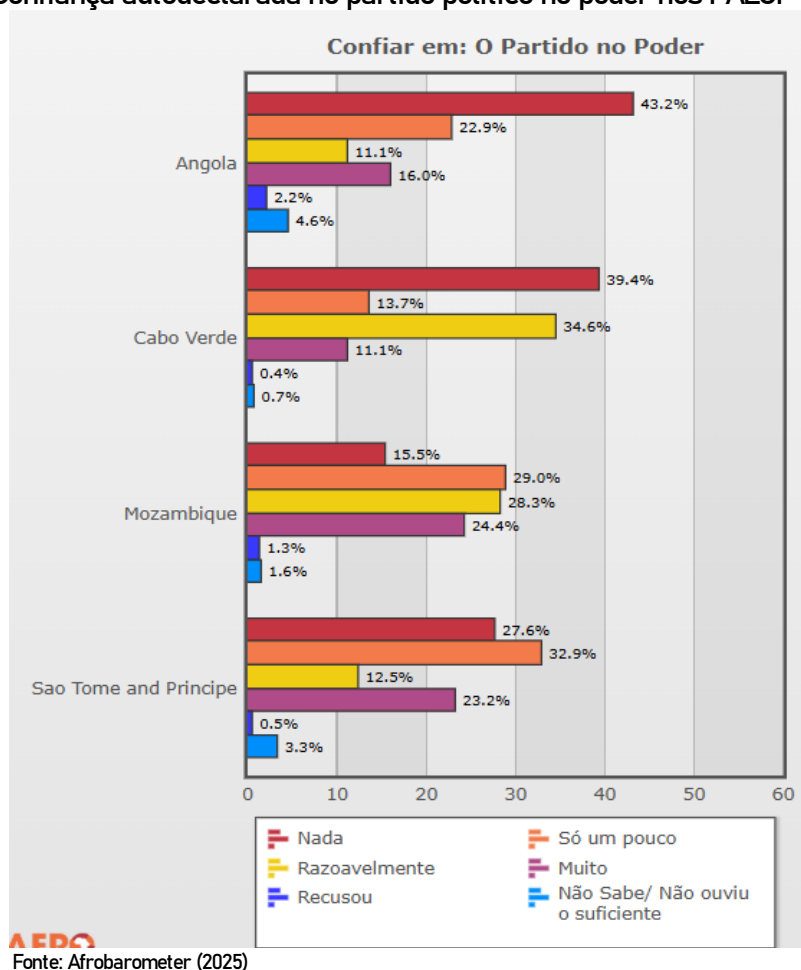
10

Diferentemente de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique sempre tiveram os mesmos partidos políticos no poder desde a independência, no início da década de 1970. A permanência prolongada de uma única força política no governo coloca-se, portanto, como uma variável crítica para a análise da confiança institucional nesses dois países. Nesse caso, o fato é que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) não gera “nem um pouco” de confiança entre os cidadãos angolanos (43,2%), enquanto a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) registra cerca de 15,5% dos cidadãos moçambicanos que afirmaram não confiar “nem um pouco” no partido no poder. Ainda assim, é nítida a diferença entre esses dois países mesmo quando se observam os que afirmam confiar “muito” no MPLA (16%) e na FRELIMO (24,4%).

A questão que se coloca é: por que essas diferenças, se ambos os regimes nunca passaram por alternância no poder nacional? A resposta reside nas eleições subnacionais ou autárquicas. Embora em Moçambique nunca tenha registado alternância do poder a nível nacional, nas eleições autárquicas essa alternância acontece desde as primeiras eleições democráticas, em 1994, diferentemente do contexto angolano, onde não existem as eleições autárquicas e, mesmo com a pressão da sociedade civil para que haja a realização deste tipo de eleição, o partido no poder tem colocado entraves para sua realização. Portanto, nota-se que, desde o início das eleições democráticas, a vontade política da FRELIMO de descentralizar os pleitos eleitorais, mesmo diante das inseguranças dos contextos políticos, o que não aconteceu e não acontece em Angola.

A baixa confiança nos partidos políticos no poder chama atenção também em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Nos dois países, a desconfiança no partido governante é maior do que em Moçambique. Em Cabo Verde, 39,4% dos cidadãos afirmaram que não confiavam “nem um pouco” no Movimento para Democracia (MpD), percentual superior ao dos que declaram confiar “muito”. Vale destacar que o MpD é um partido cuja gênese não está ligada à luta de libertação colonial. Em São Tomé e Príncipe, nota-se aproximadamente um equilíbrio entre os cidadãos que afirmam que não confiam “nem um pouco” no partido no poder (27,6%) comparativamente aos cidadãos que confiam “muito” (23,2%) no Partido Ação Democrática Independente (ADI), partido criado em 1994.

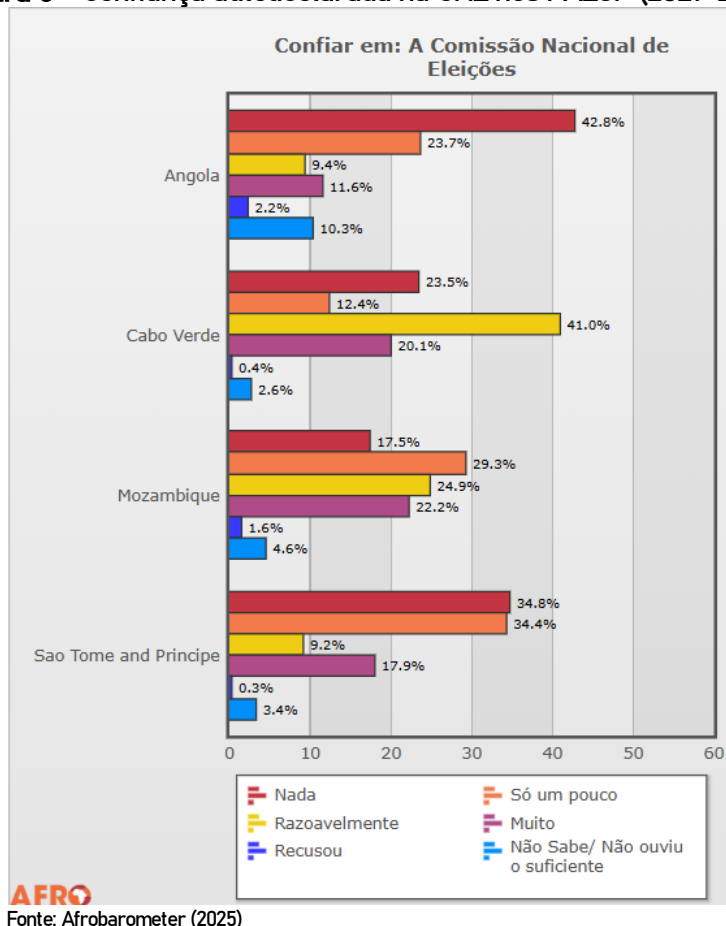
Figura 4 - Confiança autodeclarada no partido político no poder nos PALOP (2021–2023)



Como destacado anteriormente, uma das instituições importantes e que merece a atenção são as Comissões Nacionais de Eleições (CNE) dos PALOP. Todos os países dispõem desse órgão gestor eleitoral, cuja composição varia de acordo com cada país. Esses órgãos são, ou pelo menos deveriam ser, a primeira instância de transparência e justiça eleitoral. Porém, a realidade tem mostrado o oposto, pelo menos, em Angola e Moçambique. As CNE desses dois países, embora sejam considerados “independentes” na sua composição e atuação, têm mostrado uma atuação parcial, tendendo a beneficiar a MPLA e a FRELIMO. Consequentemente, espera-se que os níveis de confiança na CNE

sejam baixos em Angola e Moçambique, em razão de sua atuação enviesada na gestão e apuração dos resultados eleitorais, devido a sua parcialidade na gestão e apuração dos resultados eleitorais.

Figura 5 - Confiança autodeclarada na CNE nos PALOP (2021–2023)



12

Desse modo, a expectativa teórica confirma-se apenas em Angola. Cerca de 42,8% dos cidadãos angolanos afirmaram não confiar “nem um pouco” na CNE, enquanto apenas 11,6% declararam confiar “muito”. Os resultados mais surpreendentes vêm de Moçambique: os cidadãos que confiam “muito” na CNE (22,2%) superam aqueles que não confiam “nem um pouco” (17,5%). Mesmo considerando a categoria “só um pouco”, os moçambicanos apresentam o maior nível relativo de confiança (29,3%) entre os países analisados, com exceção de São Tomé e Príncipe (34,4%). Embora São Tomé e Príncipe tenha um percentual expressivo de cidadãos que não confiam “nem um pouco” na CNE, em termos gerais são os contextos são-tomense, cabo-verdiano e moçambicano que exibem os índices mais elevados de confiança nesse órgão — sendo que o caso moçambicano, em particular, demanda investigação mais aprofundada para compreender tais resultados.

4 Dimensões de apoio ao regime político

Segundo Moisés (2005b), a tradição de pesquisa empírica sobre a importância do fenômeno da confiança política para o funcionamento do regime democrático estabeleceu suas bases a partir de

1948, quando alguns itens sobre o tema foram incluídos em questionários de *surveys* de opinião, atitudes e comportamento políticos aplicados na Alemanha Ocidental. Mais tarde, em 1958, esses instrumentos foram introduzidos e ampliados nos Estados Unidos e, em 1968, repetidos na Suécia. Os trabalhos mais importantes na área postularam que a mensuração empírica do fenômeno deveria considerar que os cidadãos combinam, embora não necessariamente de forma semelhante ou equilibrada, critérios normativos e racionais relativos à probidade, ao senso de justiça e à eficácia da ação dos atores correspondentes para avaliar e julgar governos, governantes e instituições políticas (Stokes, 1962; Hetherington, 1998 apud Moisés, 2005).

A partir do início da década de 1970, o uso do conceito passou a ser questionado com base no argumento de que se referia, indistintamente, tanto às qualidades intrínsecas do sistema político (legitimidade), como aos atributos da *performance* de lideranças políticas e de governantes (efetividade). Essa ambiguidade, ao invés de discriminar, embaralhava dimensões empíricas diferentes que, por causa de sua natureza complexa, exigiam um tratamento mais cuidadoso de suas especificidades para gerar conhecimento novo.

Nesse sentido, a confusão entre os conceitos de confiança, apoio a políticos e apoio a governos pouco ajudou a esclarecer a natureza da adesão dos cidadãos ao regime político e se, efetivamente, a confiança é importante para esse processo. A ideia original de Easton (1965), ao analisar a natureza do apoio público aos sistemas políticos⁹, definiu duas dimensões diferentes de apoio ao regime: apoio específico e de apoio difuso. Enquanto o primeiro refere-se à satisfação dos cidadãos com o desempenho de governos e de lideranças políticas; o apoio difuso diz respeito à sua atitude em relação ao sistema político como um todo, independentemente do desempenho de seus responsáveis (Moisés, 2005b; Moisés; Carneiro, 2008).

Easton (1965) argumenta que o apoio político está relacionado com a experiência das pessoas. Os cidadãos identificam-se com as instituições porque aprendem a fazê-lo através de processos sucessivos de transmissão de seu significado para as diferentes gerações, mas também porque as suas experiências políticas, ao longo da vida adulta, qualificam-nos para avaliar racionalmente o seu desempenho. A participação em eleições e a vivência de processos institucionais que ampliam ou restringem o seu acesso a direitos estabelecidos por lei fornecem as bases do seu julgamento. Essa avaliação inclui tanto a percepção de resultados do desempenho das instituições, a exemplo de avanços nas áreas sociais e econômicas, quanto a percepção do cumprimento da missão normativa atribuída a elas pela sociedade.

Mesmo tendo sido útil para mapear um problema que exigia maior acuidade em sua definição conceitual e na escolha dos instrumentos de sua mensuração, a controvérsia deixou algumas questões sem solução: a ausência de confiança política bloqueia o funcionamento do regime? Impede a sua possibilidade de coordenar ações necessárias ao atendimento de demandas públicas? Coube aos estudos seguintes colocar essas questões no centro da preocupação dos diferentes modelos propostos para explicar a confiança política, resumidos em quatro modelos explicativos: teorias sócio-

⁹ Easton (1965) questionava se os instrumentos de mensuração de confiança política *per se* correlacionavam-se somente com a dimensão de apoio político específico, isto é, apoio a governos e a elites governantes, deixando à margem aquela de apoio político difuso, relativa ao sistema político como um todo, o debate mostrou que a questão de fundo dizia respeito a como e quanto a confiança política reforçava a relação dos cidadãos com diferentes dimensões empíricas como governos, lideranças políticas e as estruturas políticas a que pertenciam.

psicológicas; teorias socioculturais; teorias de desempenho econômico; e teorias institucionais. Para focar nas duas dimensões apresentadas por Easton (1965), analisa-se a seguir o apoio específico — medido pela adesão à democracia nos PALOP — e o apoio difuso — aferido pela satisfação com a democracia nesses países.

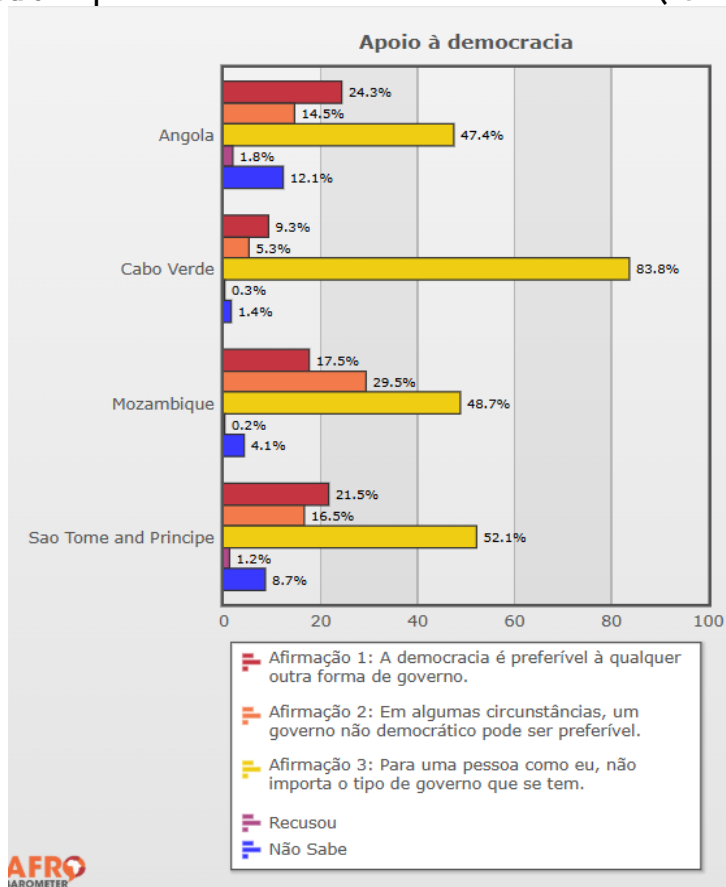
5 Apoio e satisfação com à democracia nos regimes políticos dos PALOP

Para analisar a avaliação do regime político, utilizam-se duas questões — uma sobre apoio à democracia: “qual destas três afirmações está mais próxima da sua própria opinião? ”. As opções de resposta foram: “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”; “em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível”; “para uma pessoa como eu, não importa o tipo de governo que se tem”; “recusou”; e “não sabe”.

No geral, os resultados são surpreendentes quanto ao apoio à democracia nos PALOP. Revela-se um desconhecimento ou a ausência do efeito prático do cotidiano das vantagens de viver em regime democrático, visto que, em todos países, uma parcela significativa dos cidadãos não se sente parte do sistema político em que está inserida, ao afirmar que “para pessoas como elas, não importa o tipo de governo que se tem”. Esses resultados escancaram o distanciamento em relação às instituições políticas, à função das eleições em democracias e ao papel do cidadão no ato do voto.

Mais surpreendente ainda é como esse apoio à democracia varia entre os países. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, classificados como “democracias plenas” pela Freedom House (2025), são justamente os que registram as maiores taxas percentuais de cidadãos que afirmam que “para pessoas como eu, não importa o tipo de governo que se tem” — cerca de 83,8% em Cabo Verde e 52,1% em São Tomé e Príncipe. Angola e Moçambique apresentam quase a mesma avaliação 47,4% e 48,7%, respectivamente. Cabo Verde é o país com menor apoio à democracia na comparação regional, já que apenas 9,3% dos cidadãos afirmam que “a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”. Moçambique, por sua vez, destaca-se com o maior percentual (29,5%) entre os cidadãos palopenses que consideram que “em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível”.

Figura 6 – Apoio autodeclarado à democracia nos PALOP (2021-2023)



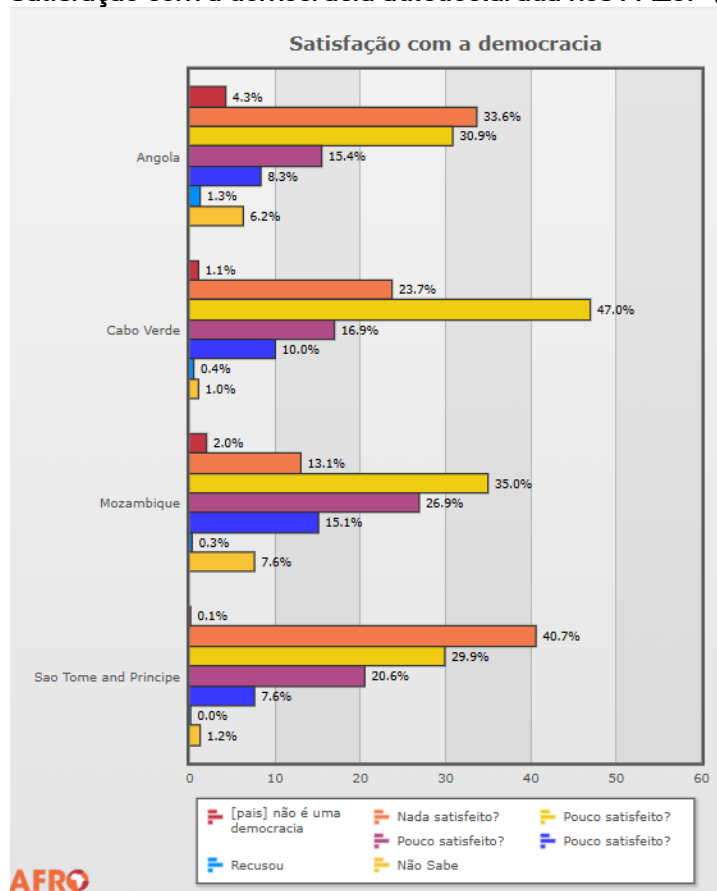
Fonte: Afrobarometer (2025)

Para mensurar a satisfação com a democracia nos PALOP, selecionou-se a seguinte pergunta no questionário do Afrobarometer: “no geral, até que ponto você está satisfeito com a forma como a democracia funciona em [país]?”. As opções de resposta foram: “o país não é uma democracia”, “nem um pouco satisfeito”, “não muito satisfeito”, “razoavelmente satisfeito”, “muito satisfeito”, “recusou” e “não sabe”¹⁰. Os dados mostram um panorama aparentemente controverso: Moçambique, classificado como “parcialmente livre” pela Freedom House (2025), apresenta a maior taxa percentual de indivíduos (15,1%) que se declaram “muito satisfeitos com a democracia” em comparação com os demais países.

Contrariamente aos resultados na Figura 6, os cidadãos cabo verdianos e são-tomenses são os que mais reconhecem seus países como democráticos, apresentando as menores taxas percentuais para a afirmação “o país não é uma democracia” (1,1% em Cabo Verde e 0,1% São Tomé e Príncipe), em comparação com Angola (4,3%) e Moçambique (2%). Esses resultados sustentam a classificação da Freedom House, que considera Cabo Verde e São Tomé e Príncipe como os países “livres” entre os PALOP, embora os são-tomenses sejam os menos satisfeitos com a democracia entre os PALOP, com cerca de 7,6% dos cidadãos declarando-se muito satisfeito com a democracia.

¹⁰ As categorias das respostas foram traduzidas erradamente no site do Afrobarometer. Assim: a cor laranja corresponde a resposta: “nem um pouco satisfeito”, a cor amarela - “razoavelmente satisfeito”, a cor roxa - “não muito satisfeito”, a cor azul marinho - “muito satisfeito”, azul celeste - “recusou” e amarelo dourado - “não sabe”.

Figura 7 – Satisfação com a democracia autodeclarada nos PALOP (2021-2023)



Fonte: Afrobarometer (2025)

6 Confiança institucional e suas implicações aos regimes democráticos nos PALOP

Após as independências, os regimes de partido único nos PALOP não permitiam a avaliação das instituições pelos cidadãos. Com a transição e o estabelecimento para o regime democrático desses países, permitiu-se uma relação formal entre as instituições, os líderes eleitos e os cidadãos. Todavia, essa relação tem se mostrado menos efetiva no que se refere à capacidade de converter demandas sociais em políticas públicas estruturais com impacto de longo prazo à população.

Os resultados das avaliações das instituições mostram que a baixa confiança nas instituições influencia na rejeição e na insatisfação com os regimes democráticos nos PALOP. A confiança política dos cidadãos não é, portanto, cega ou automática, mas depende de as instituições estarem estruturadas para permitir que eles conheçam, recorram ou interpelem os seus fins últimos — fins aceitos e desejados pelos cidadãos. Regras democráticas como a imparcialidade em eleições, a probidade no uso de recursos públicos ou a igualdade de acesso à justiça, ao “naturalizarem” os direitos de cidadania, geram as expectativas sociais sobre seu desempenho, assim como de seus funcionários, e isso afeta a relação dos cidadãos com elas (Moisés; Carneiro, 2008).

Nos PALOP, a baixa confiança nas instituições como o parlamento e partidos políticos reflete um vínculo frágil entre essas instituições e os cidadãos. A maioria dos cidadãos não conhece o

parlamentar que a representa, e estes, por sua vez, possuem pouquíssimas iniciativas de se apresentar em seus círculos eleitores — seja para colher demandas, seja para prestar contas. Uma das possíveis soluções para esse distanciamento seria repensar os modelos de representação, adotando um sistema eleitoral proporcional mais acessível e compreensível para os eleitores.

Paralelamente a isso, a democracia pressupõe vários princípios, como igualdade, justiça, liberdade de expressão e de associação, e transparência. Nos PALOP, observam-se variações na aplicação prática desses preceitos. A classificação da Freedom House (2025) considera Cabo Verde e São Tomé e Príncipe como países “livres”, Moçambique como “parcialmente livre” e Angola como “não livre”. Os dados analisados corroboram essa classificação: Angola não apenas apresenta os maiores índices de desconfiança política, como também concentra a maior proporção de indivíduos insatisfeitos com o regime e que não consideram o país uma democracia. Com severas restrições à liberdade de expressão, repressão sistemática a protestos e um sistema político centralizado, dominado historicamente pelo MPLA, a ausência de eleições presidenciais diretas, combinada a barreiras institucionais à formação de novos partidos e à repressão de manifestações, mina os incentivos à participação democrática e amplia profundamente o distanciamento entre representantes e representados.

Outrossim, os partidos políticos da oposição são desprovidos de estratégias de incentivo à filiação partidária ou outras formas de conexão com o eleitorado, limitando-se uma atuação mais visível apenas no período eleitoral. As CNEs são mais confiáveis em Moçambique em comparação com os demais PALOP. Entretanto, esses resultados são duvidosos, dado que, entre os países analisados, Moçambique e Angola são os que mais vivenciam tensões pós-eleitorais e maiores obstáculos à constituição e formalização de partidos de oposição.

A baixa confiança nos partidos políticos no poder, especificamente em Angola, é consequência da má gestão contínua do governo do MPLA. O país figura entre os maiores produtores de petróleo no mundo e possui reservas de diamantes, mas a distribuição da riqueza é desigual. Nesse quesito, disparidades socioeconômicas e desemprego elevado geram revoltas e sentimentos de descrença no regime e nas instituições democráticas. Em Moçambique, os dados de confiança institucional parecem “camuflados” — as avaliações e as opiniões dos cidadãos sobre as instituições não apresentam extremos de “muita confiança” ou “nenhuma confiança”. Poder-se-ia considerar essas atitudes como uma postura muito “conformista” diante dos elevados índices de corrupção, de desemprego e de violação dos direitos humanos.

Em contrapartida, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe, as instituições eleitorais — em especial as CNEs — funcionam com maior liberdade e transparência, e a oposição possui uma oportunidade realista de conquistar o poder pelo voto. Portanto, era de se esperar que os indicadores de satisfação com o regime fossem maior, mas as tendências nos últimos anos mostram o contrário. Os dados revelam que os níveis de insatisfação com o regime têm aumentado nestes países em comparação com os PALOP continentais (Moçambique e Angola). No caso de São Tomé e Príncipe, a insatisfação pode estar associada aos problemas de gestão eleitoral registrados nas eleições de 2022, que geraram protestos populares devido a alegações de irregularidades — incluindo compra de votos — e ao bloqueio de acessos a seções eleitorais por manifestantes.

7 Considerações finais

A pesquisa buscou analisar as implicações da confiança nas instituições políticas sobre os regimes africanos de países lusófonos. Mesmo com instituições políticas majoritariamente semelhante devido ao legado histórico e político, constatou-se que as implicações de baixa confiança nas instituições públicas têm consequência na avaliação e na satisfação com o regime político. Os dados mostram, porém, que isso não ocorre em todos os PALOP, com destaque em Angola, onde os índices de baixa a confiança nas instituições estão associados à insatisfação com o regime. Diferentemente de Angola, em Moçambique há um cenário “camuflado” das opiniões e atitudes políticas dos cidadãos em relação à avaliação das instituições políticas que não espelham a realidade social e política do país. Com elevados índices de corrupção, desemprego e restrições de liberdade política, as avaliações dos cidadãos nas instituições aparecem moderadas e a maioria está razoavelmente satisfeita com o regime. Por outro lado, os dados para Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe desafiam a classificação dos regimes políticos “livres” da Freedom House. Na verdade, observa-se, nos últimos anos, uma tendência crescente de não adesão e de insatisfação com a democracia nesses dois países.

Referências

- AFROBAROMETER. *Analyse online*. 2025. Disponível: <<https://www.afrobarometer.org/online-data-analysis/>>, Acesso em: 29 maio 2026.
- CAROTHERS, Thomas; LEE, Judy. Why are political protest surging around the world? *Emissary*, 2 apr. 2025. Disponível em: <<https://carnegieendowment.org/emissary/2025/04/why-are-political-protests-surging-around-the-world>>. Acesso em: 13 ago. 2025.
- EASTON, David. *A systems analysis of political life*. New York: Wiley, 1965.
- FREEDOM HOUSE. *Countries and territories*. 2025. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/scores>>. Acesso em: 29 maio 2026.
- HARDIN, Russell. Do we want trust in Government? In: WARREN, Mark E. *Democracy and trust*. United Kingdom, Cambridge University Press, 1999.
- IDEA (Institute for Democracy and Electoral Assistance). *Electoral management design database*. 2025. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/data/electoral-management-design-database>>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- INGLEHART, Ronald. Trust, well-being and democracy. In: WARREN, Mark E. (ed.). *Democracy and trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GREVE paralisa Justiça em São Tomé por tempo indefinido. *DW*, 28 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/greve-paralisa-justi%C3%A7a-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-por-tempo-indefinido/a-72068405>>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- MOISÉS, José. Álvaro Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, v. 65, p. 71-94, 2005a.

MOISÉS, José. Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, mar. 2005b.

MOISÉS, José. Álvaro; CARNEIRO, Gabriela, P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil, *Opinião Pública*, v. 14, n. 1, p.1-42, jun. 2008.

OFFE, Claus. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, Mark E. *Democracy and trust*, United Kingdom, Cambridge University Press, 1999.

TEIXEIRA, Eugénio. Cabo verde: partidarização da sociedade “inibe” expressão da voz dos cidadãos. *Voa Português*, 31 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-partidariza%C3%A7%C3%A3o-da-sociedade-inibe-express%C3%A3o-da-voz-dos-cidad%C3%A3os/6723669.html>>. Acesso em: 11 dez.2025

VALGARDSSON, V. O et al. A crisis of political trust? Global trends in institutional trust from 1958 to 2019. *British Journal of Political Science*, University of Southampton, v. 55, e15, p. 1-23, 2025.

Artigo recebido em: 14/08/2025.

Aprovado em: 05/02/2026.

Cassiano Eusébio (cassianoanota96@gmail.com) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Instituto Hounsou de Integração África-Amazônia (HAFAMA) – Belém do Pará.

19

Confiança institucional e suas implicações aos regimes democráticos em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (2021-2023)

Resumo. Este artigo tem como objetivo analisar a confiança institucional e as suas implicações em regimes democráticos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), entre 2021 e 2023. Estudos recentes que destacam a baixa confiança nas instituições representativas em diversas regiões do mundo, incluindo os países lusófonos. A questão norteadora deste artigo é: quais são as implicações da baixa confiança nas instituições políticas para os regimes democráticos dos PALOP? A hipótese proposta pressupõe que indivíduos que avaliam negativamente as instituições políticas tendem a não aderir à democracia e são insatisfeitos com a regime político. Para testar empiricamente essa hipótese, utilizaram-se as rodadas 7, 8 e 9 do Afrobarometer, selecionando-se quatro instituições — Presidente, Parlamento, partidos políticos e as Comissões Nacionais de Eleições de cada país — e a liberdade política (índices do Freedom House) como variáveis independentes. As variáveis dependentes foram adesão e satisfação com a democracia. A partir de uma análise descritiva e qualitativa, constatou-se que as implicações da baixa confiança nas instituições concentram-se em Angola, isto é, os cidadãos angolanos que não confiam nas instituições tendem a não acreditar que o país é democrático e estão insatisfeitos com regime político, em comparação com os demais PALOP. Diante de elevados índices de corrupção, desemprego e restrições à liberdade política, as avaliações dos cidadãos moçambicanos sobre as instituições aparecem moderadas, e a maioria deles manifesta-se

razoavelmente satisfeita com o regime. Por fim, apesar da estabilidade presente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, constatam-se tendências de insatisfação pelo regime nos últimos anos.

Palavras-chave: Confiança institucional; Regime democrático; PALOP.

Institutional trust and its implications for democratic regimes in Portuguese-speaking African countries (2021-2023)

Abstract. This article aims to analyze institutional trust and its implications for democratic regimes in Portuguese-speaking African Countries (PALOP) between 2021 and 2023. Recent studies highlight low trust in representative institutions in various regions of the world, including Portuguese-speaking countries. The guiding question of this article is: what are the implications of low trust in political institutions for the democratic regimes of the PALOP? The proposed hypothesis assumes that individuals who negatively evaluate political institutions tend not to adhere to democracy and are dissatisfied with the political regime. To empirically test this hypothesis, rounds 7, 8, and 9 of the Afrobarometer were used, selecting four institutions—President, Parliament, political parties, and the National Election Commissions of each country—and political freedom (Freedom House indices) as independent variables. The dependent variables were adherence to and satisfaction with democracy. Based on a descriptive and qualitative analysis, it was found that the implications of low trust in institutions are concentrated in Angola; that is, Angolan citizens who do not trust institutions tend not to believe that the country is democratic and are dissatisfied with the political regime, compared to the other PALOP countries. In the face of high levels of corruption, unemployment, and restrictions on political freedom, Mozambican citizens' assessments of institutions appear moderate, and most of them express reasonable satisfaction with the regime. Finally, despite the stability present in Cape Verde and São Tomé and Príncipe, trends of dissatisfaction with the regime have been observed in recent years.

Keywords: Institutional trust; Democratic regime; PALOP.